

Humanismo e Socialismo¹

Paul Mattick

I.

Como a ciência, a indústria, o nacionalismo e o Estado moderno, o humanismo é um produto do desenvolvimento capitalista. Ele coroa a ideologia da burguesia que surge dentro das relações sociais do feudalismo, cuja principal base ideológica era a religião. O humanismo é um produto da história, ou seja, o produto de homens engajados na transformação de uma formação social em outra. Por ter evoluído com a ascensão e desenvolvimento do capitalismo, é necessário considerar o humanismo da sociedade burguesa antes de tratar de sua relação com o socialismo, ou com o “humanismo socialista”.

As relações sociais pré-capitalistas desenvolveram-se tão lentamente que as mudanças foram quase imperceptíveis. A estagnação absoluta, no entanto, não existe, e a ascensão do capitalismo após a Idade Média, que viu o fim de uma era de desenvolvimento social e o início de outra, foi resultado de muitas mudanças isoladas, extensas, mas cumulativas nos processos produtivos e nas relações de propriedade. O acúmulo de uma grande riqueza e sua concentração nos centros urbanos, bem como as limitações impostas à acumulação de riquezas pelas condições feudais persistentes, levaram a um movimento intelectual contrário à disciplina cristã medieval extramundana, que havia sustentado a estrutura social feudal e o poder da Igreja. Mas, como a própria riqueza comercial, o desenvolvimento recente da atitude irreligiosa, que fez do homem ocidental mais uma vez “a medida de todas as coisas”, permaneceu por algum tempo como privilégio do rico e seus criados². O humanismo parecia estar exausto depois de libertar a mente dos dogmatismos da teologia e depois de seu retorno e nova apreciação dos clássicos gregos.

Sendo ele próprio uma expressão de uma tendência geral de desenvolvimento, o humanismo não poderia ajudar a alterar esta tendência, por sua vez, através de sua atitude crítica diante da Igreja medieval. Deste modo, ele forneceu apoio à Reforma, ainda quando

¹ O presente texto foi escrito por Paul Mattick. Trata-se de um ensaio publicado pela primeira vez no *International Socialism*, número 22, outono de 1965, e depois republicado no livro *Anti-Bolshevik Communism* em 1978. A tradução foi realizada por Lucas Gabriel Feliciano Costa e a revisão foi realizada por Luiz Fernando Pereira de Oliveira e Felipe Andrade (NT).

² No dicionário, a palavra “retainers” possui o significado de “um servo que normalmente está com a mesma família há muito tempo”. Assim, “retainers” pode ser uma forma de criado ou empregado, sendo que optamos pela primeira opção na presente tradução (NT).

a Igreja reformada não poderia adaptar-se ao humanismo. Até o século XVIII, o humanismo seguiu sendo um passatempo intelectual, mas os acontecimentos revolucionários subsequentes o levaram a florescer plenamente como parte da ideologia geral das classes médias que aspiravam a somar poder político à sua crescente importância econômica dentro dos regimes feudais decadentes.

A classe média revolucionária identificou seus próprios interesses específicos de classe com as necessidades e desejos da ampla maioria da sociedade que sofria sob o governo tirânico de uma minoria aristocrática. Ela viu sua própria emancipação política como a emancipação da humanidade de todas as formas de opressão e superstição. Isto era tanto uma necessidade como uma convicção, ainda que a classe média rica não tivesse nenhuma intenção real de alterar o destino das classes baixas. Por outro lado, no entanto, tinha que existir liberdade, fraternidade e igualdade. O homem do *Iluminismo* sentiu a si próprio como verdadeiro humanista, opondo-se ao sobrenatural e enfatizando o verdadeiramente humano, ao qual pertence unicamente o direito a moldar a sociedade de acordo com a natureza e razão humanas.

Com a burguesia firmemente estabelecida, o humanismo se degenerou em um humanitarismo para o alívio da miséria social que acompanhava o processo de formação do capital. Embora o modo de produção capitalista era tido como inalterável – ele foi considerado em conformidade com a lei natural e a natureza do homem – os reformadores sociais, imbuídos pela tradição humanista, pensavam - não obstante - que era possível combinar o sistema de produção de capital privado com um sistema de distribuição mais igualitário. As ásperas regras das leis econômicas naturais haviam de ser atenuadas pela compaixão e a caridade humanas.

Quanto mais arrogante ficava a burguesia através de seu êxito, e maior era o enorme incremento da riqueza que ofuscava a condição da classe operária, menos a ideologia burguesa referia-se ao passado humanista. Em contrapartida, a doutrina malthusiana e o darwinismo social questionaram a racionalidade das atitudes e políticas humanitárias que se encontraram contrárias à lei natural da “sobrevivência do mais apto”. O humanismo foi substituído pelo *homem econômico* como o reconhecimento “final” e “cientificamente estabelecido” da verdadeira natureza do homem e das leis da natureza.

A “sobrevivência do mais apto” implica, ao mesmo tempo, força e ideologia. A força exercida sobre os “não aptos”, isto é, a classe operária, reside na pose da classe

capitalista dos meios de produção e no seu controle sobre os meios políticos de coerção. A ideologia que auxilia esta condição e, portanto, a exploração do trabalho pelo capital, faz com que a produção de capital e as relações sociais em sua base sejam relações naturais independentes da influência do tempo. Para que isto fosse duplamente garantido, as velhas superstições foram reavivadas e acrescentadas às novas. Mais uma vez, os homens se converteram nas vítimas passivas de forças sobre-humanas fora de seu controle. O processo de humanização que havia acompanhado a ascensão do capitalismo se converteu em um novo e mais poderoso processo de desumanização através da subordinação de todo o esforço humano ao novo fetiche da produção de capital.

A história do capitalismo, tão distinta das suas protagonistas anteriores, é a história da crescente desumanização das relações sociais de produção e da vida social em geral. Em todos os sistemas sociais anteriores, a riqueza enfrentava o trabalho concretamente nas relações sociais diretamente discerníveis do amo e do escravo, do senhor e do servo, do opressor e do oprimido. A escravidão e a servidão eram sancionadas pelos deuses, ou por Deus, e não podiam ser questionadas. Para fazer a escravidão conveniente, os escravos eram relegados ao mundo animal; mas seus amos sabiam o que estavam fazendo quando lhes colocavam para trabalhar. O proprietário da terra e servo conheciam ambos as suas posições na sociedade, ainda que o servo pudesse, às vezes, ter se perguntado sobre a sabedoria destas disposições. Mas então os caminhos do Senhor eram inescrutáveis. Não obstante, a escravidão e o trabalho forçado eram as atividades humanas a serem sofridas por uma classe, desfrutadas por outra e entendidas por ambas pelo que eram.

O fetiche da religião que ajudava a assegurar essas condições não escondia as autênticas relações sociais em sua base; ele meramente as fez aceitáveis. Em qualquer caso, os primeiros humanistas não se preocupavam com as relações de classe, como testemunha seu grande afeto pela sociedade escrava pré-cristã. Nem a classe média se preocupou, comprometida como estava com a substituição do sistema feudal de exploração pelo capitalista. Seu interesse era com a natureza, ou a essência, do homem individual, com a natureza humana em geral e com a sociedade apenas na medida em que ela invadissem a realização das potencialidades assumidas pelo homem como ente-espécie³.

³ Há outra tradução disponível para “species-being”. Na versão em espanhol, optou-se por traduzir a palavra por “ser genérico” e em outras passagens aparece o termo “vida genérica” no lugar de “species life” ou “gênero” no lugar de “species”. Optamos aqui por traduzir o termo “species-being” como “ente-espécie”, de acordo com a versão da Zahar dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*).

Esta era uma filosofia do homem apropriada para a – ainda ameaçada - emergente sociedade capitalista de empresários individuais, que justificavam o auto-interesse individual, assumindo que ele era o próprio instrumento para alcançar a liberdade do indivíduo e o bem-estar da sociedade. Assim como a classe média revolucionária identificava seus próprios interesses específicos de classe com as necessidades da sociedade em seu conjunto, também identificava as particularidades da “natureza humana” sob as condições capitalistas com a natureza humana em geral.

Na realidade, de fato, o conceito abstrato de homem individual e de sua natureza era confrontado pelos homens reais que mantinham posições opostas no processo social de produção. O mundo dos homens era o mundo dos compradores e vendedores da força de trabalho; suas relações entre si apareciam como relações de mercado. A produção para a troca era a produção e acumulação do valor de troca - expressa em termos de dinheiro. Mas apenas os compradores da força de trabalho enriqueciam. Os vendedores simplesmente reproduziam suas infelizes condições como trabalhadores assalariados. A venda e compra da força de trabalho não podiam, e obviamente não eram, uma troca igual, pois parte do trabalho não era trocada em absoluto, mas simplesmente apropriada como mais-valor, em um processo oculto pelo mercado, ou preço, na forma de produção de mercadorias. Entretanto, a exploração do trabalho foi reconhecida em um estágio inicial da formação do capital. Lamentada pelos explorados, era tomada como garantida pelos exploradores.

Isto por si mesmo, no entanto, não implicava em uma desumanização *crecente* da sociedade. As atitudes humanistas haviam evoluído sob as condições de exploração de classe prévias às relações de produção capitalistas específicas e poderiam, talvez, melhorar lentamente e, finalmente, superar a determinação de classe da economia. Esta foi, de fato, a esperança do bem intencionado entre a burguesia, e dos primeiros socialistas utópicos que enfatizaram a comum humanidade do homem e apelaram a seu senso inato de justiça para corrigir as coisas.

II.

Por apenas um breve período esta esperança foi compartilhada pelo jovem Marx durante sua fase de *comunismo filosófico* e – de forma filosófica extremamente retorcida –

4ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1967), e em outras passagens, nas quais aparece “species life” ou “species”, optamos pelos termos “vida genérica” e “gênero”, opção semelhante à versão em espanhol (NT).

encontrou sua expressão nos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Segundo Marx, e no contexto de sua crítica ao idealismo hegeliano, o homem havia se desviado alienando-se de sua verdadeira essência, em consequência da qual experimentava os produtos de seu trabalho como objetos alheios que exerciam poder sobre ele, e o mundo exterior como um mundo alheio, oposto antagonicamente a ele. A alienação foi vista sob o aspecto do materialismo de Feuerbach e foi tratada com uma crítica da economia burguesa. Esta economia foi ela própria, no entanto, concebida como uma forma específica de auto-estranhamento humano. Marx considerou necessário fazer o homem consciente de sua natureza essencial e da natureza de sua alienação. Esta teria que ser a função da filosofia, de um humanismo positivo. Esperava-se que ela eliminasse todas as formas de alienação – do homem para com sua verdadeira natureza, do homem para com seu trabalho, do homem para com o seu semelhante e, fazendo assim, eliminasse as diversas manifestações de alienação, tais como a religião e a propriedade privada. O humanismo, na visão de Marx, equivalia ao comunismo e o comunismo no fim da alienação do homem.

Qual era a essência do homem? Era, segundo o jovem Marx, o que diferenciava o homem do animal. Enquanto que o animal é imediatamente idêntico à sua atividade vital, o homem “faz de sua própria atividade vital o objeto de sua vontade... Na criação de um mundo *objetivo* mediante sua atividade prática, o homem se demonstra um ente-espécie consciente, isto é, um ser que trata o seu próprio gênero como ser essencial, ou que trata a si mesmo como um ser genérico. A produção é sua vida genérica ativa. Através e devido a esta produção, a natureza aparece como seu trabalho e sua realidade. O objetivo do trabalho é, por sua vez, a *objetivação* da vida genérica do homem; pois ele se reproduz a si mesmo não somente, como na consciência, intelectualmente, mas também ativamente, na realidade, e portanto se contempla a si mesmo em um mundo que ele criou” (MARX, 1844, p. 75-76).

No entanto, por que Marx se preocupou com a natureza do homem em uma obra que tratava *principalmente* dos problemas da economia política? Depois de tudo, como ele dizia, seu verdadeiro interesse era a respeito do “fato econômico *real*” da alienação do trabalhador em relação a seu produto, que depois se defronta ao trabalhador como um poder alheio e independente. O produto do trabalho, escreveu Marx, “é um trabalho que foi congelado em um objeto, que se tornou material: é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho em sua objetivação. Nas condições tratadas através da economia política, esta realização do trabalho aparece como uma perda de *realidade* para o trabalhador; a

objetivação como uma perda do objeto e da ligação ao objeto; a apropriação como estranhamento, como *alienação*. Tanto é assim que a realização do trabalho aparece como uma perda de realidade, que o trabalhador perde realidade até ao ponto de morrer de fome... De fato, o próprio trabalho se converte em um objeto que ele pode conseguir somente com o maior esforço e com as interrupções mais irregulares. Tanto é assim que a apropriação do objeto aparece como estranhamento que quanto mais objetos o trabalhador produz, menos pode possuir, e mais ele cai sob o domínio de seu produto, o capital.⁴

O fetichismo da produção de mercadorias e de capital em *O Capital* de Marx está aqui plenamente antecipado, mas não só se refere às relações sociais específicas da sociedade burguesa, como também à natureza do homem como um ente-espécie que produz conscientemente as condições de sua vida. Agora a natureza do homem, como é concebida pelo jovem Marx, é a mesma para o capitalista e o trabalhador - para aqueles que têm dificuldade para realizar seu trabalho e para aqueles que acham fácil apropriar-se dos objetos do trabalho de outros homens. O que Marx disse era que o capitalismo não apenas explora o trabalho, como também viola a natureza humana. À afirmação burguesa de que o seu sistema de produção de capital era um sistema natural correspondente à natureza humana, Marx opôs a afirmação de que tal sistema deforma a natureza do homem.

Não levou muito para que Marx se desse conta de que, como jovem hegeliano, ele tinha dito a mesma “tolice” em sua crítica da sociedade burguesa que a burguesia havia produzido em sua própria defesa. Menos de dois anos depois de sua preocupação filosófica com a essência do homem, ele ridicularizou esta mesma preocupação em *A ideologia alemã*. Ele ainda sustentava que a produção é a “vida genérica ativa” do homem, mas já não estava interessado no homem em geral, mas apenas nos “homens reais, históricos”. E o que estes homens eram, em qualquer época particular, dependia do *que* e *como* produziam. Sua natureza “dependia das condições materiais que determinavam sua produção. Esta produção só aparece com o aumento da população. Por conseguinte, isto pressupõe o intercâmbio dos indivíduos uns com os outros. A forma deste intercâmbio é novamente determinada pela produção” (MARX, 1939, p. 7-8). Pelo desenvolvimento de sua produção material e de seu intercâmbio material, os homens “alteram, junto com isto, sua existência real, seu pensamento e os produtos de seu pensamento”⁵.

⁴ *Ibid*, p. 69.

⁵ *Ibid*, pp 14-15.

A natureza humana, defendia agora Marx, não pode ser abstraída do indivíduo isolado porque deriva de um “conjunto de relações sociais”. O homem não pode ser mais do que faz o homem real em seu ambiente histórico concreto e social. Transformando seu ambiente, ele transforma a si próprio; a história pode assim ser considerada como a transformação contínua da natureza humana. Isto não quer dizer que não existam impulsos fixos que sejam características do homem e que a transformação das circunstâncias sociais pode unicamente ser capaz de modificar em sua forma e sentido. Mas esses impulsos não afetam a mutabilidade da natureza humana no curso do desenvolvimento histórico e social.

Em qualquer caso, a sociedade significa relações entre indivíduos, não o indivíduo. Não se pode dizer, por exemplo, que “do ponto de vista da sociedade não existe escravo nem o cidadão, pois ambos são seres humanos. Que, no entanto, eles estão tão somente *fora* da sociedade; escravo e cidadão sendo determinações sociais” (MARX, 1953, p. 176). O humanismo não pode, deste modo, nem estar relacionado tampouco derivar-se da essência do homem. Ele refere-se às condições e relações sociais que determinam o comportamento do homem. Deve ser produzido por homens e – para voltar ao nosso ponto de partida – foi o produto de circunstâncias sociais e históricas particulares. Desenvolvendo dentro da sociedade de classes, ele foi necessariamente de uma natureza mais ideológica, isto é, representou a falsa consciência de uma classe que aspirava a governar a sociedade e que por essa razão, identificou seus próprios interesses com os da humanidade.

Como um valor emancipatório, o humanismo foi descartado pela burguesia assim que ela ganhou o controle total da sociedade. O humanismo foi revivido pela classe operária para conseguir sua própria emancipação – mas com uma diferença. Ela reconheceu agora que o humanismo era incompatível com as relações de exploração e de classe, e que só poderia se tornar uma realidade prática através do estabelecimento de uma sociedade não exploradora, de uma sociedade sem classes. O humanismo era assim equivalente ao comunismo. Já não era visto como um ideal, com o qual a realidade devesse ajustar-se, mas como o verdadeiro movimento social que se opunha ao sistema capitalista. O humanismo socialista não foi nada mais nada menos que a luta da classe proletária para acabar com o capitalismo e criar assim as condições objetivas para uma sociedade humanista, ou uma humanidade socializada.

A luta por uma sociedade humanista incorpora o humanismo como um “ideal” porque não é, ainda, uma realidade. O socialismo, ao ver as coisas como são, não pode ajudar

contemplando o que deveria ser. Mas faz isto só em consideração a fins praticamente alcançáveis tal e como estão determinados pelas condições existentes. O que deveria estar relacionado não a objetivos éticos abstratos, mas a condições sociais concretas que podem ser transformadas para melhor, ou seja, nas quais os homens, a qualquer momento, consideram ser melhor. Isto exclui, naturalmente, todos aqueles que estão satisfeitos com as condições existentes que, em geral, significam as classes dominantes e privilegiadas. Somente aqueles que tentam melhorar sua sorte por meio da transformação social aderirão à ética prática da transformação social que encontra sua expressão nos requisitos da própria luta social. O individualismo dá lugar aqui à consciência de classe e o interesse econômico próprio à solidariedade proletária, como precondições para o estabelecimento de uma sociedade que, em sua existência e desenvolvimento ulterior, não será mais determinada por relações de classe e, portanto, será capaz de realizar os “ideais” humanistas.

O humanismo como realidade prática pressupõe o socialismo. Até então, nem o homem, nem os homens, mas somente uma classe social particular de homens tentará transformar seu estado ideológico em um instrumento para sua realização concreta. Esta tentativa é, ao mesmo tempo, uma luta prática contra a opressão e a miséria existentes, e uma tomada de posição contra todas as formas de desumanidades perpetradas em defesa do *status quo*. O movimento socialista é, portanto, um movimento ético enquanto que, como a moral, envolve a conduta humana efetiva e não “verdades eternas” associadas com a natureza, ou a natureza determinada por Deus, do homem. Ele tentará dentro de suas próprias fileiras, e dentro da sociedade em sentido amplo, realizar essas regras, normas e pautas de comportamento historicamente evoluídos que assegurem e melhorem o bem-estar de todos os membros da sociedade e se colocará em oposição àquelas que servem somente a interesses especiais. Fazer isso significa revelar a inconsistência da moral burguesa dentro da prática burguesa e preparar-se para condições sociais dentro das quais as regras morais podem ser realmente aplicadas.

A ética fetichista da sociedade burguesa encontrou oposição na ética histórico-materialista da classe proletária. O humanismo burguês foi suplantado pelo humanismo proletário, expresso na luta de classes e fornecendo os meios para os fins humanistas. Estes meios, no entanto, não estão só determinados por fins aos que pretendem servir; eles estão codeterminados pela resistência burguesa à transformação social. A forma efetiva que a luta de classe assume deriva tanto da meta socialista como da realidade das relações de poder

existentes dentro do capitalismo. Assim, não é possível encontrar meios humanistas “não adulterados” para alcançar os fins humanistas. Isto só poderia ser possível *fora* da luta de classes, ou seja, através da realização do humanismo pela própria burguesia, o que é, ao mesmo tempo, uma esperança vazia e uma impossibilidade objetiva.

III.

De acordo com Marx, o capitalismo representa o estágio atual de um longo processo de desenvolvimento da transformação dos modos e relações da produção social. Este processo estava baseado na divisão social do trabalho que era, desde o começo, uma divisão das condições de trabalho, isto é, das ferramentas e materiais - ou, na linguagem moderna, do fracionamento do capital acumulado entre diferentes proprietários, e assim também, da divisão entre trabalho e capital e das diferentes formas de propriedade. Com o crescimento da produção social veio a extensão da troca e o uso crescente do dinheiro. Considerado a princípio como um mero meio de troca para levar mais além a produção social, o dinheiro e o intercâmbio que o facilitava, logo tomaram um caráter aparentemente independente. As fortunas dos produtores individuais se converteram dependentes das relações de mercado, pois era unicamente por meio do intercâmbio que as realidades sociais poderiam afirmar-se a si mesmas e, portanto, controlar aos produtores em lugar de ser controladas por eles.

A teoria econômica burguesa racionalizou a discrepância entre a produção privada e o mercado de trocas com o conceito do equilíbrio do mercado. Ela assumiu que o preço competitivo e o mecanismo do mercado levariam à alocação mais econômica do trabalho social e assegurariam a cada um e a todos o equivalente de suas contribuições particulares ao processo da produção. Foi precisamente mediante a maximização do auto-interesse privado dentro das relações de mercado que o último, como uma “mão invisível”, proporcionaria o nível ótimo de bem-estar social. Tudo isto se contradiz pela realidade da crise e das depressões, e foi refutado teoricamente pela teoria marxista. Mas o que nos interessa aqui é simplesmente o fato, reconhecido orgulhosamente, de que a produção e a distribuição capitalistas não são determinadas consciente e diretamente pelos homens, mas só indiretamente – mediante as vicissitudes das ocorrências incontroláveis do mercado.

Esta é apenas a metade da história, no entanto, embora seja sua totalidade para a economia burguesa que se nega a reconhecer a exploração do trabalho pelo capital. A

produção capitalista é a produção de trabalho não pago como capital – expresso em termos de dinheiro. O intercâmbio entre trabalho e capital deixa mais-trabalho, materializado em mercadorias, nas mãos de capitalistas. Este mais-trabalho tem que ser realizado fora do intercâmbio capital-trabalho, e deste modo é realizado através do consumo da população não produtora e da formação de capital. A crescente produtividade do trabalho desvaloriza o capital existente e reduz o montante do mais-trabalho extraível pela mediação de um *determinado capital*, o que compele constantemente os capitalistas a aumentar seu capital. Este não é o lugar para entrar no assunto extremamente complexo da dinâmica capitalista. É suficiente afirmar, simplesmente, o que qualquer um pode reconhecer por si mesmo, a saber, que a competição do capital implica no constante aumento do capital. O controle dos produtores pelo mercado é, simultaneamente, o controle dos produtores *e do mercado* pela compulsão à acumulação de capital.

O comportamento no capitalismo está subordinado ao processo da expansão do capital. Este processo é o resultado direto do desenvolvimento de forças sociais de produção sob relações da propriedade privada, que, por sua vez, são determinadas pela estrutura de classes da sociedade e seu mecanismo de exploração. A expansão da produção é assim praticamente a “autoexpansão” do capital, pois nenhum capitalista pode abster-se de se dedicar como seu único propósito a expansão de seu capital. Além disso, somente à medida que o capital se expande é que a produção material pode ser realizada; a satisfação das necessidades humanas depende da formação de capital. No lugar de usar meios de produção para satisfazer estas necessidades, esses meios, como capital, determinam as condições de existência social tanto do trabalho quanto do capital.

As diversas manifestações da “alienação” do homem moderno, das quais a crítica atual se preocupa, se seguem do fato fundamental da produção fetichista de capital, que aparece no mercado como fetichismo da mercadoria. Porque a produção de capital deve realizar-se através do processo de circulação, o impulso a um capital maior em termos de valores de dinheiro – e com completa desconsideração pelas verdadeiras exigências sociais em termos de valores humanos – converte todas as relações sociais em relações econômicas; isto é, as relações humanas só podem consumir-se pela via das relações econômicas e efetivamente têm, ou assumem, um caráter de mercadoria. Tudo está à venda e tudo pode ser comprado. A compulsão social para acumular capital compele os indivíduos a depositar sua confiança no dinheiro em vez dos homens. E como só a posse de dinheiro permite as

relações sociais, a própria relação social é só um meio para ganhar dinheiro. Cada homem é um meio para outro homem assegurar e melhorar sua própria posição econômica, não importa o que seus interesses possam ser em termos extraeconômicos. Embora seja um ser social, ele só é assim fora da sociedade. Ele pode achar seu comportamento social tanto agradável como defensável, mas na realidade não tem nenhum controle sobre ele e segue sendo uma vítima indefesa das circunstâncias.

Excluído pelas condições objetivamente determinadas da produção de capital, o humanismo, como atitude e conduta, se restringe às disposições subjetivas acidentais, socialmente pouco relevantes, de indivíduos, e pode ter ou não efeitos benéficos. Enquanto ele exista, é um assunto privado sem nenhum efeito de qualquer tipo sobre a natureza canibal do capitalismo. Adolf Eichmann é, talvez, a melhor exemplificação do grau em que o “humanismo” deixou os indivíduos desta sociedade. Sentindo-se incapaz de matar um ser humano sequer, estava disposto o bastante a ajudar a fazer arranjos para a matança de milhões de pessoas por outros homens. Contudo, seu caso é só um caso mais dramático de uma atitude predominante. O indivíduo vê só a si mesmo como real; aos outros homens ele os considera como abstrações prescindíveis ou manipuláveis. Os diversos inventores, designers, produtores e usuários das armas de guerra modernas podem estar compartilhando todos a “fraqueza” de Eichmann, mas fazem exatamente, efetiva ou potencialmente, o que Eichmann estava fazendo. E assim o fazem os capitalistas, financeiros, comerciantes, estadistas, políticos, cientistas, educadores, ideólogos, poetas, dirigentes e os próprios trabalhadores em nome de um ou outro dos fetiches que ajudam a manter e perpetuar as condições existentes.

Esta não é uma nova característica do capitalismo, mas em sua enormidade corresponde ao seu estágio atual de desenvolvimento. Referir-se à crescente desumanização é meramente notar a expansão e extensão do capitalismo, e da simultânea perda da única força humanizadora que operava dentro dele, isto é, a destruição do movimento socialista. Marx certamente exagerou a capacidade dos trabalhadores para desenvolver uma consciência socialista, assim como subestimou a resiliência do capitalismo, isto é, sua habilidade para aumentar a exploração do trabalho e ao mesmo tempo melhorar os níveis de vida dos trabalhadores. Em resumo, Marx não previu a extensão completa do incremento da produtividade do trabalho sob os auspícios capitalistas, que, nas nações capitalistas

avançadas, alterou as condições que se havia esperado que gerassem uma consciência revolucionária.

IV.

Isto parece ser contrariado pela existência da chamada parte socialista do mundo. De fato, a busca de um humanismo socialista está diretamente relacionada com a existência de países socialistas. Estas nações, como se conhece, não demonstram mais humanismo que os estados capitalistas e, conseqüentemente, são acusadas de violarem seus próprios princípios e ignorarem suas próprias potencialidades. Parece que os próprios meios para alcançar o socialismo pervertem o fim socialista e que novas maneiras devem ser encontradas para evitar esse dilema. No entanto, os fins imediatos dessas nações não eram, e não poderiam ser, a realização do socialismo, mas sim a acumulação de capital, ainda que fosse sob os auspícios do Estado e não do capital privado. O socialismo existe nesses Estados apenas na forma ideológica, como a falsa consciência de uma prática não socialista. No entanto, ele foi aceito como realidade pela burguesia da livre iniciativa porque, do seu ponto de vista particular, o capitalismo de Estado equivale ao socialismo, simplesmente porque ele dispensa a propriedade privada dos meios de produção.

A formação de capital, como a apropriação de mais-trabalho nas nações capitalistas menos desenvolvidas, pressupõe a existência de pelo menos duas classes sociais – os produtores e os apropriadores –, e a relação entre elas será uma relação de mercado entre capital e trabalho. Embora a planificação e não a competição determine a taxa de acumulação, a planificação é realizada pelos apropriadores, não pelos produtores, do mais-trabalho. Como previamente sob as relações de propriedade privada, os produtores estão “alienados” de seus produtos. É a taxa de acumulação, decidida pelo Estado, isto é, por um grupo especial de pessoas, o que determina as condições de vida imediatas da população trabalhadora. As decisões do Estado não podem ser arbitrárias, pois sua própria existência depende, internamente, de uma taxa suficiente de acumulação e, externamente, de uma taxa suficientemente competitiva para assegurar a existência nacional. A acumulação de capital ainda domina os produtores de capital. Sob tais condições, no entanto, o aumento da taxa de exploração não pode ser imunizado através da melhoria dos padrões de vida que façam a vida suficientemente tolerável para o livre consentimento das relações sociais prevaletes.

A exploração será assegurada mediante métodos autoritários de controle. Não há nenhuma chance para o humanismo vir à tona.

O mundo capitalista, incapaz de transformar-se em uma sociedade socialista, mas ainda capaz de neutralizar ou subjugar as forças sociais potencialmente determinadas que poderiam afetar tal transformação, tende para sua própria autodestruição. Sua destruição parcial durante duas guerras mundiais meramente preparou o caminho para sua destruição total em um altamente provável holocausto nuclear. O reconhecimento de que a guerra não pode resolver os problemas que assediavam o mundo capitalista não afeta a tendência à guerra, pois o impulso implacável à dominação política e econômica, a conquistar ou manter a dominação, é o resultado e a soma total de todo o comportamento associal que compreende a vida social no capitalismo. Os elaboradores das decisões políticas não estão menos presos neste *cul-de-sac* [beco sem saída] que as massas impotentes e indiferentes. Simplesmente tomando as decisões “corretas”, de acordo com as necessidades específicas de suas nações e a segurança de sua estrutura social, podem destruir-se a si mesmos e à maior parte do mundo.

Enquanto se admite geralmente que a guerra, ainda que improvável, pode declarar-se “acidentalmente”, um interesse no humanismo deve assumir que, enquanto a guerra seja provável, a paz se pode manter “acidentalmente”. Neste caso, surge aqui a possibilidade de uma nova ascensão de sentimentos e atividades anticapitalistas. A capacidade do capitalismo privado, em suas diversas formas diluídas, para melhorar condições de exploração é claramente limitada. Isto se faz presente na divisão da população trabalhadora em um setor decrescentemente favorecido e um setor crescentemente negligenciado. A eliminação do trabalho humano que acompanha a expansão ulterior do capital não destrói o proletariado numericamente, nem mata seu desejo de viver decentemente. A própria expansão do sistema capitalista no recente desenvolvimento, por outro lado, traz consigo o crescimento de um proletariado industrial e, portanto, as condições objetivas da consciência de classe. A retomada da luta pelo socialismo seria também o renascimento do humanismo socialista.

Referências

MARX, Karl. *Economic and Philosophical Manuscripts of 1844*, Moscow, pp 75-76.

MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*, Berlin, 1953.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *The German Ideology*, New York, 1939.

Texto aprovado para publicação em 12 de abril de 2021.